

DESENVOLVENDO CIDADANIA NO CAMPO: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO EM UM ASSENTAMENTO

Bráulio Maciel Silva

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
braulio_maciel@hotmail.com

Iviana Gonçalves de Lima

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
ivi.ana@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho aborda a questão da educação em uma comunidade de área de assentamento rural paraibana, procurando compreender o significado histórico de educação para a população da área em estudo. Para tanto, buscou caracterizar as suas condições de vida e de trabalho e identificar os diversos espaços e as diversas formas de troca de saberes, assim como as expectativas que esta população possui em relação à educação escolar. Outrossim, com essa pesquisa, objetivamos identificar não somente as dificuldades do ensino na já citada comunidade, mas também, através dessa análise, propor soluções e apontamentos para a melhoria da qualidade de ensino no campo.

Palavras-chave: trabalho; condições de vida; qualidade de ensino

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida elegeu como sujeitos de investigação e a serem entrevistados/as professores/as, pais de alunos(as) e alunos (as) rurais do Projeto de Assentamento Nova Vivência, localizado a cinco quilômetros do centro urbano da cidade de Sapé e a 40 quilômetros da capital João Pessoa, Estado da Paraíba. Os dados foram coletados por meio da observação participante; do registro fotográfico; das entrevistas em grupo; das entrevistas individuais; das conversas informais, das reuniões com os assentados e com os técnicos da ATEs (Assessoria Técnica Social e Ambiental), agentes da CPT (Comissão Pastoral da Terra), funcionários do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), membros da Associação do assentamento; além de fontes documentais.

O fato da comunidade em geral não possuir bens materiais de relevância, nem tampouco direitos sociais básicos, reflete um estado de bastante pobreza, mesmo não estando mais subjugada a um patrão e já tendo passado o tempo de conflitos e embates pela conquista da terra. Diante disso, percebemos que no assentamento a educação configurada enquanto uma teoria coletiva significa um processo de troca de saberes, no qual estão envolvidos diferentes agentes de cultura para atenderem diferentes tipos de fins: socialização, conhecimentos com vistas à formação de pessoas e grupos de pessoas e/ou transformação das relações sociais, econômicas, políticas e culturais dadas historicamente.

Criados para responder a pressões, marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos espacialmente, muitos dos assentamentos enfrentaram e enfrentam situações bastante adversas no que se refere às condições de sua instalação, com evidentes reflexos sobre às condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade.(MEDEIROS & LEITE, 1999, p. 11)

Ao analisar as dificuldades diárias em vários aspectos, especificamente no processo de educação dos alunos no meio rural, concluí ser necessário construir uma análise a partir de uma visão diferenciada da lógica da ação coletiva dos professores e de uma análise comportamental sobre as iniciativas e a história de formação dos estudantes, das experiências coletivas vividas por elas e pelos professores, e, principalmente, através da experiência vivenciada no meio educacional como agente social. A minha análise ficou centrada na noção de participação e organização social, com uma profunda análise dos aspectos da vida cotidiana, utilizando elementos da pesquisa social qualitativa, e outros procedimentos da pesquisa participante. Realizei o acompanhamento no desenvolvimento do processo cognitivo e do momento da ação dos jovens, da gestão das idéias, a fim de colocar em prática as atividades planejadas.

Se o processo educativo consiste na criação e desenvolvimento de contextos educativos, e não simplesmente na transmissão e assimilação disciplinar de informações especializadas, ao educador compete a tarefa de propor estímulos (energia colateral) que ativem as diferenças entre os sujeitos e entre seus contextos (histórias, culturas, organizações sociais...) de modo a desencadear a elaboração e circulação de informações (versões codificadas das diferenças e das transformações) que se articulem em diferentes níveis de organização (seja em âmbito subjetivo, intersubjetivo, coletivo, seja em níveis lógicos diferentes). Educador, neste sentido, é propriamente um sujeito que se insere num processo educativo e interage com outros sujeitos dedicando particular atenção às relações e aos contextos que vão se criando, de modo a contribuir para a explicitação e elaboração dos sentidos (percepção, significado e direção) que os sujeitos em relação constroem e reconstróem. Nestes contextos, o currículo e a programação didática, mais do que um caráter lógico, terão uma função eco-lógica, ou seja, sua tarefa não será meramente a de configurar um referencial teórico para o repasse hierárquico e progressivo de informações, mas terá a tarefa de prever e preparar recursos capazes de ativar a elaboração e circulação de informações entre sujeitos, de modo que se auto-organizem em relação de reciprocidade entre si e com o próprio ambiente (FLEURI, 2001b, p. 12).

É fato notório que as escolas dos assentamentos vivem um estado crítico em seu ensino. Diante disso, essa pesquisa se propôs a identificar e compreender, tanto quanto possível, as principais dificuldades e perspectivas no ensino qualificado na zona rural. Portanto, as indagações desse trabalho, cujas respostas procuraremos encontrar, são: Quais as reais dificuldades e possibilidades de se ensinar e de se aprender na zona rural? Que papel exerce a família, nesse contexto?

A inadequação do currículo e do material à realidade rural, de uma forma geral existem, gerando problemas tais como, a falta de investimentos da administração pública, o desconhecimento das diretrizes especiais para a educação rural, a má remuneração dos professores, entre outros. É também importante entender que

Uma política rural sustentável não pode prescindir da educação, mas também não somos ingênuos em crer que o avanço da escolaridade produz essa mudança sozinha. A educação precisa ser vivida colocando os sujeitos em contato direto com os problemas mais complexos da questão agrária por meio de redes de extensão e assistência técnica, cooperativas, associações, sindicatos, entre outros. (Jesus S/d: 11-12)

A reforma agrária visa uma melhor distribuição de terra modificando a sua posse e seu uso, atendendo aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade e o assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária, que nasce quando o INCRA, após se emitir na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. Constata-se muitas vezes que existem poucas escolas, muitos problemas de infra-estrutura e falta de professores, questões que fazem parte da área deficitária na educação do país. Mas essa realidade, segundo pesquisa “O Panorama da Educação no Campo”, divulgada em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é bem mais preocupante no meio rural.

Desde 2005 o governo federal construiu apenas uma escola na zona rural brasileira. Além disso, os movimentos populares do campo calculam que o déficit de escolas nessas áreas seja de aproximadamente 500 unidades. A população do campo, de acordo com dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de cerca de 30 milhões, o equivalente a 17% da população brasileira, ou ainda, aproximadamente a população de um país como a Argentina. Mesmo representando uma grande parcela da população brasileira, crianças, jovens e adultos moradores das áreas rurais do Brasil ainda lutam para conseguirem uma política pública diferenciada de educação do campo. Os avanços no processo de escolarização da população do campo se deve principalmente ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), um dos poucos movimentos do campo que possui um setor específico para tratar das questões de educação. Para Márcia Mara Ramos, do setor de educação do MST, a concepção de uma educação do campo deve começar pela visão dos trabalhadores:

A educação do campo que os movimentos sociais defendem é uma educação que está voltada e construída com os trabalhadores. A educação do campo para nós não está separada de uma educação geral de compreender a sociedade. Ela está pensada a partir dos princípios que tratam da humanização, que tratam não desse campo do agronegócio. Não é esse campo que nós estamos falando. Nós estamos falando de um campo onde as famílias tenham a possibilidade de produzir para a sociedade brasileira. Essa educação do campo não está voltada somente para escolas, para nós a escola é apenas uma parte desse processo.

Embora a qualificação dos professores seja outro aspecto que apresente problemas e que o nível de escolaridade dos mesmos revele a condição de carência da zona rural, a dedicação na exposição dos conteúdos é imensa. No ensino fundamental do 1º ao 5º ano, 20% dos professores da escola têm formação superior. Durante o ano de 2009, trabalhando como agente social no Projeto de Assentamento Nova Vivência, pude constatar que a educação no assentamento teve dias muito difíceis no passado. Antes não existia escola na comunidade, os poucos alunos

que estudavam deslocavam-se para estabelecimentos de ensino muito distantes a pé e a maioria simplesmente não estudava. A escola analisada atualmente está funcionando no prédio da associação e trabalha com crianças da educação infantil ao quinto ano e duas turmas da EJA no turno noturno. Por questões financeiras a Prefeitura Municipal só contratou cinco professores (daí o fato de existirem turmas multiseriadas). A escola conta com duas merendeiras contratadas que sofrem com a falta de água encanada, tem uma pequena biblioteca com livros básicos, um computador e muita boa vontade por parte dos funcionários, que muitas vezes deixam de resolver questões particulares para dedicarem-se integralmente aos interesses da escola.

A gente sabe da importância de passar por cima dos obstáculos, superar nossas limitações financeiras na realização de eventos especiais como o dia das mães, dos pais, das crianças e lutar para mostrar a comunidade inteira que o futuro dessas crianças dependem em grande parte do trabalho exercido pela escola do assentamento. Infelizmente, nem todos percebem e valorizam esse esforço todo. O que nos motiva a continuar trabalhando por elas é o fato de saber que mesmo sem o reconhecimento muitas vezes dos pais, um futuro melhor será reservado para elas. (Educadora “A” – Entrevista em 14/07/2009)

Inúmeras vezes observou-se a angústia dos professores em sala de aula por não conseguirem entender os motivos por que um aluno não aprende, por mais esforço que faça, ou por que um outro é extremamente agressivo, outro exerce uma liderança negativa na sala de aula causando conflitos quase que diários. Observamos, ainda, a dificuldade de muitos professores de ensinar a alunos com deficiência mental, principalmente a conviver harmoniosa e pacificamente com os demais.

Tudo aquilo que a gente aprende na universidade sobre inclusão sócio-educativa, na prática muitas vezes é bastante diferente. Paciência, amor, profissionalismo e determinação são os elementos mais importantes na educação de crianças especiais. (Educador “B” – Entrevista em 16/10/2009)

O trabalho dos educadores em sala de aula é uma verdadeira batalha em prol da construção de saberes que em determinados momentos não são devidamente valorizados pelas famílias. O papel muitas vezes exercido pelos professores perpassa as prerrogativas básicas da função, transformando-os em seres capazes de resolver questões sociais que até mesmo os pais não conseguem resolver, assim,

A escola quer resolver tudo sozinha, virou um pólo de assistência social – enquanto a única coisa que só ela pode fazer é ensinar português e matemática. Os americanos, por exemplo, chegaram a conclusão de que pouco poderá ser feito caso as autoridades não consigam convencer os pais de que a escola tem que ser boa para ensinar e não para educar os filhos. Ou seja, quem tem que ensinar a criança sobre o que é sexo ou que não se pode tomar drogas são os pais. A escola é para ensinar inglês, matemática, história, geografia e ciências. “A escola americana está substituindo os pais em matéria de educação e por isso não consegue ensinar as disciplinas que precisam ser ensinadas.”, diz a doutora em educação Melita Cutright (Veja, São Paulo, 20 de novembro de 1991)

As relações desenvolvidas no seio familiar se generalizam para além dele no período escolar. Novos horizontes descortinam-se diante dos estudantes nessa época, devido essencialmente ao momento de descobertas e de visões diferenciadas da vida. A criança passa por uma reorganização de suas relações com a realidade: novos interesses, atitudes críticas com relação aos adultos, gosto pela teorização e pela reflexão crítica, Da sua realização dependerão o seu lugar na vida, a sua função e o seu papel social e, portanto, como consequência todo o conteúdo de sua vida futura (Leontiev, 1978:289).

Acima do que o aluno pode objetivamente perceber como aprendizagem, evidencia-se, à medida que os anos passam a “*necessidade de conhecer não apenas a realidade que o rodeia, mas igualmente o saber que existe sobre esta realidade.*” (Leontiev, 1978: 291).

Os aspectos envolvidos nesse tipo de atribuição docente são facilmente percebidos quando se analisa o ciclo no qual cada assentado está inserido em um contexto mais amplo da sociedade brasileira:

Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como direito universal: um direito humano, de cada pessoa em vista de seu desenvolvimento mais pleno, e um direito social, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa de todos na dinâmica da sociedade. Como direito não pode ser tratado como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (Caldart, 2002: 26)

Durante dois anos, em meio a conversas informais, atividades lúdicas com os alunos, inclusive com os agressivos, problemáticos e com o especial, o conceito de família era apresentado às crianças pela equipe docente e por mim como algo sublime e de suma importância para o crescimento intelectual, físico, emocional e moral. Entretanto, ao retornar para casa, a triste realidade de dificuldades financeiras, em muitos casos, até mesmo a falta de perspectiva de vida dos próprios pais contradiziam tudo o que lhes era ensinado. As palavras de um dos alunos expressam a inocência e a luta infantil para ser alguém na vida, a saber,

Eu não vou poder vir amanhã pra escola porque meu pai me chamou pra ajudar *ele* na roça... Eu queria tanto vir pra cá pra assistir a aula mas não posso, se eu não ficar pra ajudar, meu pai me bate e não deixa mais eu vir estudar...
(Aluno A – Entrevista em 25/03/2010)

Ah, pois eu venho, nem que eu saia de casa escondida! A minha mãe nem pergunta pra onde eu vou, nem se preocupa se eu já almocei ou não, se minha roupa está limpa, se as tarefas foram feitas... Eu é que *tô na boa*, quando eu quiser vir eu venho, se eu não tiver com vontade é só eu ficar brincando no quintal que não acontece nada, o importante é que eu arrume a casa antes.

(Aluno B – Entrevista no mesmo dia)

Infelizmente, casos como esses se repetem diariamente nas diversas escolas da zona rural e até mesmo os professores, que também são assentados, surpreendem-se com os relatos dos alunos da frieza, da indiferença, e da complacência familiar com a falta de orientação e cuidado com o futuro dos filhos.

A educação do campo não cabe na escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais. Isso ocorre porque: a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses; a escola tem uma tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações; e a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer a Educação do Campo, e pode ter um papel importante na disputa de hegemonia de projeto de campo, de sociedade e de formação humana (Caldart, 2004: 36).

É preciso, portanto, para que o déficit educacional nessas áreas passe a diminuir gradativamente, que a escola comece a

Formar pessoas que sejam sujeitos, com capacidade e consciência organizativa, capazes de construir uma nova forma de conviver, de trabalhar, de festejar as pequenas e grandes vitórias dos trabalhadores, devendo estimular a livre expressão de idéias e sentimentos, com firmeza na luta em defesa dos trabalhadores e ternura no relacionamento com as outras pessoas. A escola não é apenas lugar de estudo, mas lugar de trabalho. (www.brasildefato.com.br/node/4372)

A importância da educação é percebida principalmente quando ela forma cidadãos e prepara os meninos e as meninas para se relacionarem da melhor maneira possível com o mundo dos adultos e com eles mesmos.

Se voltarmos ao início, podemos continuar dizendo, com a máxima prudência, que a educação é o resultado da instrução e da formação: da educação intelectual e da educação moral. Novamente queremos afirmar que o intelecto também dá forma à vida cívica e moral, e que a moralidade não pode ficar à margem do conhecimento nem da sua aplicação. (Puig, 2000:16)

Diante do exposto, abrem-se novas possibilidades de se trabalhar a prática pedagógica dos professores e a formação de alunos com visão crítica. Para isso, é preciso mostrar aos envolvidos no contexto educacional (pais, alunos e professores) que a mudança de comportamento no círculo familiar e no convívio da escola, com vistas a direcionar e nortear os passos das crianças, fazendo com que a escola repense sua prática educativa, compreendendo que, educar não consiste apenas em “ensinar” conteúdos didáticos, mas proporcionar ao educando condições favoráveis ao seu processo de desenvolvimento.

Este é um saber fundante da nossa prática educativa, da formação docente, o da nossa inconclusão assumida. O ideal é que, na experiência educativa, educandos, educadores e educadoras, juntos, “convivam” de tal maneira com este como com outros saberes de que falarei que eles não virando sabedoria. Algo que não nos é estranho a educadores e educadoras. Quando saio de casa para trabalhar com os alunos, não tenho dúvida nenhuma de que, inacabados e conscientes do inacabamento, abertos à procura, curiosos, “programados, mas para aprender”, exercitaremos tanto mais e melhor a nossa capacidade de aprender e de ensinar quanto mais sujeitos e não puros objetos do processo nos façam. (Freire, 1996: 65)

BIBLIOGRAFIA

BRASIL/ Ministério do Desenvolvimento Agrário / SECAD, 2006:16

BRASIL/ Ministério da Educação e Cultura / SECAD, 2002: 37

CALDART, Roseli Salet. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In.: **Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. V. 4. Brasília, 2002

_____; CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2003. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

FERREIRA, Roberto Martins, 1950 – **Sociologia da Educação** / Roberto Martins Ferreira 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 1993

FLEURI, Reinaldo M.; SCHERER-WARREN. **Educação intercultural e Movimentos Sociais: cidadania e reconhecimento identitário no sul do Brasil**. Florianópolis, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Gisele Barbieri. **Educação no Campo**. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/node/5675>. Acesso em 13 de janeiro de 2011

LEONTIEV, A.N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978c.

MEDEIROS, Leonilde S. e LEITE, Sérgio. (Orgs.) **A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS/CPDA, 1999.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

PUIG, Josep M. **Democracia e Participação Escolar: Propostas de Atividades**. – São Paulo: Moderna, 2000

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, 1956 – **Construção do conhecimento em sala de aula**, 13ª ed. São Paulo, Libertad, 2002

VEJA, São Paulo, 20 de novembro de 1991